



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

ATA EXECUTIVA

Reunião Extraordinária

Data e horário: 22 de abril de 2024, às 09h30

Local: Auditório do CONSEMA, Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345, Prédio 6 – São Paulo (sede da SEMIL).

Conselheiros presentes:

Conselheiros pelo segmento Estado:

- Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;
Samanta Souza, Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico;
César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH;
- Sérgio Luiz Damiani, Secretaria da Educação;
- Márcio Queiroz, Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Eduardo Walmsley Soares Carneiro, Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- Hideo Augusto Dendini, Secretaria de Governo e Relações Institucionais;
- Adriano Costa, Secretaria da Casa Civil.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Grupo 1: Vanderlon Oliveira Gomes, Prefeito de Salesópolis e Moacyr Alves de Souza representando a Prefeita Priscila Gambale,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

PM Ferraz de Vasconcelos;

- Grupo 2: Marcelo Pereira Manara, representando o Prefeito Anderson Farias Ferreira, PM São José dos Campos;
- Grupo 8: Rodolfo José Amaral dos Santos, representando o Prefeito Marcelo Otaviano dos Santos, PM Monte Azul Paulista;
- Grupo 10: Lineu Almeida, representando o Prefeito Antônio Duarte Nogueira, PM Ribeirão Preto.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:

- Usuários Industriais:
Jorge Rocco, representando a FIESP;
- Usuários Agroindustriais:
André Elia Neto, ÚNICA;
- Usuários Agrícolas:
Renato Traballi Veneziani, FAESP;
- Usuários de Abastecimento Público:
Priscila Bezerra, ABCON e
Luís Filipe Rodrigues, ASSEMAE;
- Associações, Sindicatos e Entidades especializadas em Recursos Hídricos:
Helífax Pinto de Souza, SINTAEMA;
Carlos Eduardo Giampá - ABAS;
Ester Feche Guimarães, AESABESP;
- Entidades Ambientalistas ou de Defesa de Interesses Difusos:
Rodrigo Pedro de Abreu, Planeta Verde; e
Rui Brasil Assis, Rotary International e Amauri Pollachi, ONDAS.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

Convidados com direito à voz:

- Alexandra Faccioli Martins, MP;
- Antonio Cezar Leal, UNESP;
- Gisele Novack Diana, PGE;
- Flavia Scarpinella Bueno, OAB;
- Suely Matsuguma, DAEE.

1. Abertura:

Natália Resende, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, agradeceu a presença de todos e registrou, com pesar, o recente falecimento do ilustre Conselheiro Cláudio Bedran que, por tantos anos, atuou com altivez neste colegiado. A seguir, César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos, apresentou a pauta estabelecida para esta reunião.

2. Apreciação da ata da reunião de 18/12/2023:

Amauri Pollachi, ONDAS, sugeriu que na ata executiva da reunião CRH de 18/12/2023 fossem inseridas todas as manifestações daquelas pessoas que se pronunciaram, naquela oportunidade, durante a exposição do Plano de Desestatização da SABESP. Quanto a este ponto levantado pelo Conselheiro, a Secretária Natália Resende informou que os nomes serão devidamente citados bem como a menção ao vídeo integral da reunião, já disponibilizados no canal TV Água, no Youtube. César Louvison ressaltou que a ata será reenviada aos conselheiros com as devidas retificações.

3. Comunicações:

A seguir, o Coordenador solicitou uma inversão na ordem de discussão dos assuntos estipulados nesta pauta, ao qual foi atendido pelos presentes. Sendo assim, a exposição acerca da Desestatização da EMAE, ocorreu ao final da apresentação das Deliberações.

4. Deliberações:

4.1 Deliberação CRH nº 283: "Aprova a Minuta de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a atualização do Plano



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

Estadual de Recursos Hídricos referente ao período 2024-2027, bem como os documentos técnicos do Plano”

Bruno Souza, CRHi, destacou todo o processo de elaboração deste documento, incluindo os trâmites para seu encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ao final de sua apresentação, César Louvison convidou o professor Sidnei Martini, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, que expôs suas considerações sobre o tema, destacando o importante papel das usinas hidrelétricas reversíveis para geração e armazenamento da água na gestão múltipla dos recursos hídricos. Posteriormente, Márcio Queiroz, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, propôs algumas adequações ao texto. A primeira delas foi no sentido de, “ao invés de se mencionar o desmatamento, seria mais relevante assinalar como a questão das secas e da baixa disponibilidade hídrica poderiam dificultar a recomposição de vegetação em área de baixa aptidão agrícola”. A outra sugestão apontada seria a de “inserir, no quadro de Proposta de Definição de Metas, a elaboração de um Plano Estadual de Irrigação Sustentável, como uma meta no ciclo 2024-2027”. Marcelo Manara, PM de São José dos Campos, sugeriu a adoção de estratégias que levem à adoção de uma linguagem mais municipalista neste Plano Estadual. Sobre o assunto levantado, a Secretária sinalizou que nesse Plano de Metas, que será aperfeiçoado ao longo do ano, fosse inserida a questão da melhoria do processo de comunicação junto aos municípios. Em não havendo outras questões, a Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros.

4.2 Deliberação CRH nº 284: “Aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas do CRH para o período 2024 a 2025

Eleusa Silva, CTAJI, destacou o trabalho da Câmara na análise dos aspectos formais e legais de todos os materiais que são pautados neste Conselho. Mencionou, também, a questão da revisão da cobrança pelo uso da água, incluindo a questão da cobrança no meio rural, no entanto, solicitou uma dilação no prazo, até novembro deste ano, para que se faça um melhor acompanhamento destes assuntos junto à CTCOB. Quanto ao terceiro item, referente às Agências de Bacias Hidrográficas, também foi pedido um prolongamento no prazo de entrega do produto final, para março de 2025. A seguir, Luciana Rodrigues, CTAS, expôs os temas definidos na forma como foram apresentados aos Conselheiros, sem adequações ao texto. O mesmo ocorreu nas apresentações posteriores feitas por Laura Perez, CTCOB; Gabriela Camacho, CTEA; Neide Araújo, CTPA e Raquel Metzner, CTPLAN. Felipe Gobet, CTUM, fez uma breve exposição dos temas relacionados à sua Câmara. Ao final de sua



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

participação, a Secretária sugeriu que a Câmara Técnica de Gestão de Usos Múltiplos trouxesse ao Conselho o andamento da questão atinente à Segurança de Barragens, até novembro deste ano, diante de sua relevância para a sociedade. Felipe se comprometeu a conversar com sua equipe para agendarem uma exposição ao CRH, em breve, sobre o assunto. Rui Brasil Assis, Rotary International, pontuou que os estudos técnicos finalizados no âmbito das Câmaras Técnicas, como no caso de alguns produtos da CTEA, tivessem os resultados trazidos ao conhecimento do CRH. Jorge Rocco, FIESP, fez duas observações: À CTAJI, referente ao item dois, cobrança pelos usos múltiplos da água, recomendou adequações no texto do plano de trabalho. À CTPLAN, em seu item quarto, Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais-APRM, sugeriu incluir em sua descrição "...leis específicas e respectivos PDPAs". André Elia Neto, ÚNICA, propôs um plano de trabalho voltado à unificação da metodologia de cobrança em todos os CBHs, haja vista a dubiedade de interpretação em certos termos, como a respeito de qual seria o fato gerador da cobrança. Sobre o assunto mencionado por André Elia, Laura ressaltou que o item um na CTCOB faz referência, justamente, à revisão dos decretos existentes, para que se possa discutir essas disparidades que existem, tanto na metodologia quanto nos procedimentos que os Comitês adotam. Ainda sobre o assunto, a Secretária Natália sugeriu que houvesse uma adequação ao tema, deixando-o mais abrangente em sua análise, no entanto, Rui Brasil ponderou que, quanto ao aspecto legal, a norma vigente já seria suficiente. Em sua visão, há uma discrepância interna, de interpretação, na aplicação da cobrança seja por parte do DAEE ou por parte das Agências. Marcio Queiroz, recomendou que, no anexo VII, da CTUM, fosse inserido o tema de definição da vazão de referência, com o estabelecimento de diretrizes aos Comitês para sua correta implementação. O prazo final foi estipulado para dezembro de 2025. Quanto ao tema 2, o representante da CTUM, destacou que a demanda foi em função da escassez de água no Paranapanema. Prosseguindo, observou que a Câmara Técnica de Gestão de Usos Múltiplos ainda não discutiu sobre as vazões mínimas. Eleusa, CTAJI, ao responder questionamentos anteriores feitos à sua Câmara, observou que esta faz apenas análises jurídicas, legais e institucionais, por isso, não teria competência para fazer uma análise técnica de cunho metodológico e, com relação à questão levantada por Jorge Rocco, Eleusa demonstrou sua concordância com a observação apontada. Lilian Barreira, CETESB, comentou que tanto a prioridade de uso quanto a vazão de referência estão inseridas no PERH, nas políticas de Recursos Hídricos e, também, na Conama/357. Segundo Rocco, os esclarecimentos acerca do tema referente ao enquadramento ainda carecem de algumas adequações. Foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

informado que, na CTPLAN, estão sendo analisadas as “diretrizes para implantação do enquadramento”, por isso, sugeriu inserir este assunto para que seja melhor debatido nas próximas reuniões. Ao final, César colocou em votação. Sem óbice ao seu prosseguimento, a Deliberação foi aprovada com as sugestões apontadas.

4.3 Deliberação CRH nº 285: “Aprova a Autoavaliação do Estado referente ao alcance das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, referentes ao 4º período de certificação (2023) do 2º ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO e Autodeclaração das metas de investimentos”.

Gabriela Canindé, CRHi, fez a apresentação sobre o Progestão destacando suas premissas e demais informações sobre os formulários de autoavaliação e autodeclaração que, necessariamente, precisam ser submetidos ao CRH. César Louvison comentou sobre a importância deste Programa, sobretudo no financiamento de atividades de capacitação desenvolvidas pelo Capacita-SIGRH. Marcelo Manara alertou sobre o PL 2918/21, que propõe mudanças no CFURH, fundo que movimenta, inclusive, o Progestão. Para ele, se isto for aprovado, poderá acarretar na interrupção de importantes trabalhos desenvolvidos no Sistema. Diante do exposto, sugeriu que este tema seja abordado, futuramente, neste Conselho. César Louvison ponderou que recentemente esteve em Brasília, representando a Secretária Natália Resende, em um encontro para a definição da nova composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, garantindo a titularidade ao Estado de São Paulo, com isto, serão ampliadas as possibilidades de discussão sobre este tema da CFURH. Em não havendo objeções, a Deliberação foi aprovada na forma como se encontra.

4.4 Deliberação CRH nº 286: Referenda a Deliberação “Ad Referendum” CBH-PARDO Nº 338 de 25/01/2024 que “Reti-Ratifica a Deliberação “Ad Referendum” CBH-PARDO nº 324, de 20 de abril de 2023 que “Altera os Critérios Técnicos para a Autorização de Perfuração de Poços Tubulares Profundos no Município de Ribeirão Preto e dá outras providências.

Luciana Rodrigues, ofereceu um panorama geral sobre o assunto enfatizando que a motivação decorreu da exploração intensiva das águas subterrâneas, naquela localidade, desde meados de 2006. Em suas palavras, as áreas de restrições existem, justamente, para tentar mitigar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

os efeitos danosos destas práticas ao meio ambiente. Ao final de sua participação, em não havendo votos contrários, a Deliberação foi aprovada por unanimidade na forma como foi apresentada. Natália Resende sugeriu que, na próxima reunião do Conselho, o DAEE trouxesse para discussão a Portaria DAEE nº 2178, publicada em 18 de abril deste ano, que aprovou a agenda regulatória para o período 2024-2025. Houve a concordância dos presentes para a inserção deste tema no próximo encontro do CRH. Dra. Alexandra Faccioli, MP-SP, solicitou um maior acesso aos resultados dos programas desenvolvidos, além da disponibilização, dentro do prazo regimental, dos documentos utilizados nas reuniões. Destacou, ao comentar sobre o Portal do SIGRH, a falta de um *layout* mais "amigável" ao usuário. A representante do Ministério Público requereu, em nome de uma maior transparência, que houvesse disponibilização de todas as contribuições e devolutivas oferecidas durante o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos 24-27. Antes de findar sua participação, sugeriu uma maior divulgação dos trabalhos realizados nos Planos de Trabalho. A Secretária Natália recomendou que, para a próxima reunião, a SEMIL apresentasse uma agenda de trabalho descrevendo, detalhadamente, as atualizações dos trabalhos executados em cada uma das câmaras técnicas. Sobre a questão do site, foi mencionado o avanço feito no portal da Secretaria, no entanto, houve o compromisso de aperfeiçoá-lo em breve. Foi sugerida, para a próxima reunião do CRH, uma apresentação acerca dos trabalhos realizados pelo Fehidro. Natália Rezende lamentou a falta de integração que há entre os Conselhos, por isso, solicitou que todos os materiais elaborados, desde que tenham alguma integração entre eles, fossem apresentados tanto no Consema, quanto no CRH e no Cofehidro. César Louvison destacou que há a vacância em duas suplências municipais no Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e sugeriu que, caso haja interessados em ocuparem estas vagas, que entrassem em contato com a CRHi.

5. Apresentação: Desestatização EMAE:

Dando prosseguimento aos trabalhos, a seguir, ocorreu a apresentação sobre a Desestatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia, por parte de David Polessi de Moraes, Coordenador de projetos especiais da Secretaria de Parcerias e Investimento. O palestrante ofereceu um panorama histórico e pormenorizado desta Concessionária enfatizando o processo de desestatização e o leilão que ocorreu, em 19 de abril deste ano, na B3, em São Paulo. Ao final de sua exposição o Conselheiro Helifax o indagou sobre um eventual conflito de interesses que poderia haver entre o novo gestor, diante da inutilização da capacidade total de geração de energia na usina Henry Borden, e à necessidade de abastecimento da população daquela localidade. David respondeu que a Henry Borden opera



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

em um sistema muito particular. Segundo ele, a MP 579/2012, que fez uma reavaliação do setor elétrico pelo governo federal, alterou o regime de operação destas usinas, desde que entrassem no chamado regime de cotas. O modelo de pagamento da Henry Borden é um modelo de remuneração por disponibilidade, ou seja, não recebe valores excedentes por gerar energia além do limite estabelecido em contrato, desta forma, não se vislumbra um conflito de interesses. Natália Resende complementou o assunto dizendo que, caso surja algum conflito em termos quantitativos, caberá a um órgão público fazer a arbitragem. Hélio Suleiman, FABHAT, convidou os presentes a participarem do primeiro Congresso Nacional de Resíduos Sólidos, promovido pela ABES, entre os dias 7 e 9 de maio. Além disso, no dia 10, na sala do CONSEMA, a FABHAT fará uma oficina de apresentação do diagnóstico/prognóstico desse plano de gestão integrada de recursos hídricos, financiado com recurso do Fehidro. Melissa Graciosa, vice-presidente CBH-AT e vice-coordenadora do Fórum Paulista, informou que o Fórum se reuniu no último dia 27 de março e aprovou um manifesto sobre a implementação da cobrança pelo uso da água para o setor rural. Foi feita uma leitura desse manifesto bem como a sua disponibilização aos presentes.

6. Assuntos Gerais:

Marcelo Manara solicitou esclarecimentos à CETESB, sobre a pendência existente acerca da licença de operação do Reservatório de Jaguari, além da questão da APRM e seus reflexos frente aos municípios daquela localidade. Sobre este assunto, a Secretária Natália se comprometeu a trazer uma resposta na próxima reunião do Consema. Rui Brasil pediu para que constasse nesta Ata que a ausência de Malu Ribeiro, SOS Mata Atlântica, ocorreu devido à problemas de saúde na família da Conselheira.

7. Encerramento:

Em não havendo questões adicionais a serem tratadas, a Secretária Natália Resende agradeceu a presença e encerrou a reunião.